

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Data \_\_\_\_\_  
Cod. NAD000199

Ao Sr. José Sarney  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília - DF  
Fax: (061) 311-1700

## NAMBIQUARA: NO CAMINHO DO GENOCÍDIO

### **Invasões de garimpeiros e madeireiros continuam nas áreas indígenas do Vale do Guaporé**

Nós, entidades não-governamentais e outras organizações da sociedade civil tomamos pública nossa indignação e denúncia diante da crítica situação das áreas indígenas, da agressão ao meio ambiente e de atividades predatórias no Vale do Guaporé conforme fatos que passamos a relatar. Esta situação já era do conhecimento do Banco Mundial quando condicionou a liberação da primeira parcela do Projeto ao Governo de Mato Grosso à implementação de uma operação de desintrusão de cerca de três mil garimpeiros instalados nos entornos e no interior da Área Indígena Sararé.

Desde então, tanto a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, como os próprios órgãos estaduais de vigilância ambiental têm colocado em suas agendas de trabalho o tratamento da situação daquelas áreas indígenas. Apesar de amplos diagnósticos das causas do problema, todas as ações de intervenção geridas pelos órgãos governamentais nos últimos quatro anos se reduziram às denominadas operações de desintrusão, por sua vez, limitadas à repressão dos invasores e com precários resultados.

Várias medidas administrativas e legislativas foram adotadas pelos órgãos competentes. Já em 1992, junto com a assinatura do Contrato do PRODEAGRO, foi formalizado um convênio entre a FUNAI, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis-IBAMA, a Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEMA e a Polícia Federal, com o objetivo de implementar ações de fiscalização no Vale do Guaporé, denominado Convênio 14/92. Mais tarde outras instituições foram incorporadas à Comissão Interinstitucional. Apesar do ato regulamentar, somente em 1994 ocorreram as primeiras atividades de uma Comissão Interinstitucional de Fiscalização de áreas indígenas e Entorno que, mais tarde com a edição do Decreto Estadual 160/95, se subordinava à Comissão Estadual de Apoio ao Monitoramento e Fiscalização dos Recursos Naturais de Mato Grosso.

Vários problemas de diversas ordens foram apontados pelas organizações não-governamentais, como também pelos próprios órgãos executivos responsáveis pela proteção das áreas indígenas, sobre as operações de fiscalização das áreas indígenas. As principais dizem respeito as deficiências de coordenação, inter-relacionamento entre os órgãos executores e, inclusive, fortes indícios de corrupção nas atividades de fiscalização durante as operações de apreensão e vigilância de madeira na região do Vale do Guaporé.

Desde outubro do ano passado as atividades interinstitucionais de fiscalização foram suspensas na região do Vale do Guaporé, apesar do Governo ter formulado, com o apoio da Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD junto ao PRODEAGRO, um amplo programa de tratamento globalizado dos problemas relacionados à situação das áreas indígenas e seus entornos. Vale dizer que o próprio Banco Mundial assinalou interesse em constituir suplemento financeiro para a implementação do novo programa de assistência e fiscalização de áreas indígenas.

De outro lado, nenhum relatório circunstanciado a respeito dos recursos do PRODEAGRO aplicados pela FUNAI via suas oito Administrações Regionais (ADR) e Núcleos Regionais apontam resultados significativos nas atividades finais de fiscalização e proteção das áreas indígenas.

Todas as instâncias do Governo Estadual diretamente afetas à questão indígena têm amplo conhecimento da situação. A própria Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado-CAIEMT, órgão de consulta para assuntos indígenas, por diversas vezes informou o Governo da situação e solicitou providências à Secretaria da Casa Civil, à Secretaria do Meio Ambiente, ao IBAMA e à própria FUNAI. No entanto, até a presente data, não houve nenhuma atitude para a solução dos problemas.

Enquanto isso, a situação das comunidades indígenas tem se agravado. Nas áreas indígenas Sararé e Vale do Guaporé, habitadas pelos Nambiquara, a situação alcançou o seu limite de suportabilidade. Atualmente entre 800 e 1200 garimpeiros encontram-se, sem qualquer constrangimento, dentro da Área Indígena Sararé. Grave depredação ambiental ocorre dentro dos limites da área indígena. Não satisfeitos com o assoreamento de cerca de 500 metros à margem interna do Rio Água Suja, os garimpeiros avançam mais adentro em direção ao centro da área.

Denúncias de garimpeiros dão conta que inclusive policiais militares, sob ordens de superiores, atuam no garimpo para garantir segurança aos invasores e suplementar suas próprias rendas.

Madeireiros e garimpeiros tomaram de assalto a área indígena Sararé e pelos menos mais dois núcleos da Área Vale do Guaporé. A maior parte da madeira (cerca de 10.000 m<sup>3</sup>) apreendida durante as operações de fiscalização ocorridas nos últimos três anos foi retomada pelos madeireiros, seja em operações de furto ou concessões do próprio IBAMA.

A comunidade Nambiquara do Sararé com cerca de 56 indivíduos sucumbiu diante dos invasores. Pelas mãos dos madeireiros, casebres de zinco e alvenaria são construídos na sede do Posto Indígena da FUNAI, substituindo o sistema de habitação tradicional dos índios, sem qualquer impedimento do órgão indigenista e demais órgãos de fiscalização.

O sistema de assistência básica aos Nambiquara da Área Indígena Sararé foi completamente suspenso. Apenas três funcionários do Posto indígena mantêm de forma intermitente presença na área. Além de intermitente a presença está restrita a certas áreas que ainda não são de pleno domínio dos madeireiros e garimpeiros. Outros funcionários da FUNAI já foram retirados da área por medida de segurança.

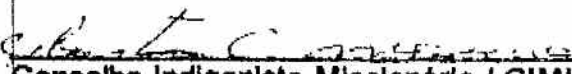
Crianças e adultos, índios, funcionários da FUNAI, um batalhão de garimpeiros, policiais e madeireiros estão permanentemente armados na área indígena, transformando aquele território num cenário de virtual guerrilha, no qual os índios estão divididos em alianças com invasores e temerários protetores governamentais.

Diante destes fatos, as organizações não-governamentais que subscrevem o presente documento apresentam as seguintes sugestões e solicitações à direção do Banco Mundial, agente financiador do PRODEAGRO, cuja problemática ora relatada encontra-se vinculada:

1. Que o Banco Mundial suspenda a emissão de parcelas do financiamento do PRODEAGRO até a implantação de medidas urgentes para a desintrusão garimpeira e madeireira nas áreas indígenas Sararé e Vale do Guaporé.
2. Que sejam imediatamente aviventados os limites das áreas indígenas do Vale onde estejam ocorrendo conflitos.
3. Que os órgãos de fiscalização como Funai, FFMA e IBAMA, mantenham presença constante em toda a região do Vale do Guaporé visando coibir a ilegalidade na atividade madeireira e garimpeira e o desrespeito às populações indígenas.
4. Considerando que são inócuas as chamadas "operações" de desintrusão das áreas indígenas quando estas não forem complementadas por ações de apoio efetivo às populações indígenas propomos que seja criado um Conselho composto por instituições governamentais, não-governamentais e indígenas para traçar plano de curto, médio e longo prazo visando apoio a auto-sustentação e autonomia das populações Nambiquara, tendo inclusive a incumbência de acompanhar e avaliar o sub-componente indígena do PRODEAGRO.
5. Propomos a descentralização das ações de controle ambiental do PRODEAGRO, potencializando iniciativas comunitárias e não-governamentais de execução e controle público dos resultados

Culabá, 04 de junho de 1996

**SUBSCREVEM O DOCUMENTO:**

  
Conselho Indigenista Missionário / CIMI - MT  
Sebastião Carlos Moreira  
Coordenador Regional CIMI/MT

*Jonas*  
 Grupo de Trabalho Missionário Evangélico  
 Jonas Furtado do Nascimento  
 Coordenador Executivo

*Ivar Luiz Busatto*  
 Operação Amazônia Nativa - OPAN  
 Ivar Luiz Busatto  
 Coordenador Geral

**SUBSCREVEM APOIANDO O DOCUMENTO:**

- o Trópicos Instituto
- o Fórum Matogrosense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD  
*Silvia (O) /*
- o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindad - CDHHT  
*Yakobuzullo*
- o Grupo de Saúde Popular - GSP *Estimada a x desenvolvimento*
- o Comissão Pastoral da Terra - CPT  
*Yakobuzullo*
- o Central Unica dos Trabalhadores - CUT  
*Romilda*
- o Ecotrópica
- o Instituto Centro de Vida - ICV  
*Sandra (O) /*
- o Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE  
*Rafael R. V. t*

*[Handwritten signature]*

o Associação Matogrossense de Ecologia - AME

o ECO-Pantanal

*Caroline Jacinto de Jesus*